# Jornal O DIA SP

INÍCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

Compannia Fechada - CNPJ/MF nº 42.166.098/0001-00 - NIRE 35.300.569.865

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 19 DE SETEMBRO DE 2025

I. Data, Hora e Local: Aos 19 de setembro de 2025, às 10h, na sede social INÍCIO PARTICIPAÇÕES S.A. ("Companhia"), nscrita no CNPJ/MF sob o nº 42.166.098/0001-00, situada na Avenida Cidade Jardim, nº 803, 9º andar, sala A, conjunto 92, taim Bibi, CEP 01.453-000, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. 2. Convocação, Publicação e Presença: Dispensada s formalidades de convocação pelo comparecimento da acionista representando a totalidade do capital social de ompanhia, nos termos do §4, do art. 124, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("<u>Lei da</u>: Companhia, nos termos do §4, do art. 124, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"). A Nesa: (i) Presidente: Fernanda Garrelhas Miranda; (ii) Secretária: Fernanda Bonfim Bieberbach. 4. Ordem do Dia: Deliberar sobre a redução do capital social da Companhia, sujeita à aprovação futura em definitivo pela acionista. 5. Deliberações: As matérias da ordem do dia foram aprovadas pela acionista, nos seguintes termos: (i) A acionista aprovou uma redução de capital social da Companhia de até R\$ 12.000.000,00 de milhões de reais), mediante a restituição à acionista de recursos em moeda corrente nacional ("Redução de Capital"), visto que excessivo em relação às atividades sociais da Companhia, nos termos do art. 173 da Lei das S.A.; (ii) A efetivação da Redução de Capital fica condicionada à aprovação definitiva pela acionista em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") a ser oportunamente realizada após o transcurso do prazo de oposição de credores; (iii) Caso a Redução de Capital se efetive, o montante da Redução de Capital se produciva de capital se de la comita de condições que vienta aprovade na rest definidas pela acionista em Assembleia Geral Extraordinário ("AGE") a ser oportunamente realizada após o transcurso do prazo de oposição de credores; (iii) Caso a Redução de Capital se efetive, o montante da Redução de Capital se produciva em a ser definidas pela ledução de Capital aprovado em definitivo será restituído à acionista na forma e condições que vierem a ser definidas pel acionista na AGE que definitivamente a aprovar; e (iv) Sem prejuízo da aprovação da Redução de Capital em definitivo pel acionista, o prazo para exercício do direito de oposição pelos credores, conforme disposto no artigo 174 da Lei das S.A. bassa a fluir a partir da publicação desta ata, de modo que eventual oposição deverá ser apresentada no prazo de 60 dia passa a fluir a partir da publicação desta ata, de modo que eventual oposição deverá ser apresentada no prazo de 60 dias contados da publicação desta ata. 6. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu por encerrados os trabalhos, suspendendo a sessão para que se lavrasse a presente ata, nos termos do artigo 130, §1º, da Lei das Sociedades Anônimas, que depois de lida e aprovada em sua integralidade, foi assinada pela única acionista da Companhia, por mim Secretária e pela Presidente. 7. Assinaturas: Acionista representando a totalidade das ações de emissão da Companhia. Mesa: Fernanda Garrelhas Miranda (Presidente); e Fernanda Bonfim Bieberbach (Secretária). A presente é cópia fiel da ta que se acha lavrada em livro próprio. São Paulo/SP, 19 de setembro de 2025.

#### **GLADIUM SECURITIZADORA S.A.**

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE ANÔNIMA E ESTATUTO SOCIAL Data, hora e local: 09/09/2025, às 11h na sede social, localizada na Rua Niterói, 362 - 9º Andar - Sala 91 - Centro – São Caetano do Sul - SP CEP: 09510-200. **Presença dos Acionistas:** representando 100% do capital social votante **Composição da Mesa**: Presidente: **Sr. Thiago Braz Moreira**; Secretária: Sra. **Jacqueline Nolli Moreira**; **Publicaçõe**s Os acionistas foram convocados por Carta Convite, entregue em 08/08/2025, estando assim dispensada da convocação por edital, segundo o §4º do artigo 124 da Lei 6.404/76, sendo recolhida a assinatura de todos no livro de presença **Ordem do dia e deliberações:** O Sr. Presidente declarou instalada a Assembleia de Constituição da sociedade **Gladium** Securitizadora S.A. e por unanimidade de voto e sem quaisquer restrições foi deliberado: 1) Leitura e aprovação da inuta do Estatuto Social – Dando início aos trabalhos, o Sr. Presidente solicitou a mim que procedesse à leitura da ninuta do Estatuto Social para os presentes. Terminada a leitura, o Sr. Presidente da Mesa submeteu-a à discussão e votação, o que resultou em sua aprovação unânime pelos presentes, passando o Estatuto Social da **Gladium** Securitizadora S.A., a ter a redação estabelecida ao final das deliberações desta Ata. 2) Boletins de Subscrição das Ações: Foi aprovada a subscrição do capital social da Companhia, nos seguintes termos: Boletim de Subscrição I – a) Nome: Thiago Braz Moreira, brasileiro, empresário, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, RG 41.842.219 9 SSP/SP, CPF 345.229.508-70, residente à Av. do Oratório, 4937, SP/SP, CEP: 03221-200. b) Nome: Jacqueline Nolli Moreira, brasileira, empresária, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, RG 42.527.725-2 SSP/SP, CPF 365.826.318-02, residente à Av. do Oratório, 4937, SP/SP, CEP: 03221-200, 3) Acões subscritas: 100,000 acões, sendo 100.000 ações ordinárias nominativas com direito a voto, com valor nominal de R\$ 1,00 cada uma. Percentual de integralização das Ações: 10%; Distribuição por subscritor: **Thiago Braz Moreira** – 10% – **Jacqueline Nolli Moreira** -90%. 4) Eleição dos Membros da Diretoria e definição da remuneração global dos Diretores – Os acionistas aprovaram a eleição dos Srs. **Thiago Braz Moreira**, qualificado anteriormente, como **Diretor Estatutário** e a Sra. **Jacqueline Nolli Moreira**, já qualificada anteriormente, como **Diretora de Relação com Investidores da Companhia,** todos com nandato de até 03 anos, facultada a reeleição de qualquer de seus membros, nos temos do artigo 157 da Lei 6.404/76. 4 (i. 1) aprovar a remuneração global anual de até R\$ 120.000,00 para os membros da Diretoria, cuja distribuição será deliberada nos termos do Estatuto Social da Companhia; 4 (i. 2) os membros da Diretoria ora eleitos aceitaram os cargos para os quais foram nomeados, afirmando expressamente, sob as penas da lei, que não estão impedidos, por lei especial, de exercer a administração da sociedade e tão pouco condenados ou sob efeito de condenação, à pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade e tomaram posse em seus respectivos cargos, nos termos da legislação aplicável, mediante termo de posse anexo 5) Os acionistas decidiram que as publicações dos atos da Companhia, nos moldes do disposto no art. 289 da Lei 6.404/76 serão realizados no DOESP e em outro jornal de grande circulação editado em 3ão Paulo. 6) Aprovação do endereço da sede social da Companhia – Rua Niterói, 362 – Centro – São Caetano do Sul - SP CEP: 09510-200. 7) Descrição da integralização do capital social - Foi declarado que o capital social de R\$ 100.000.00, encontra-se nitegralmente subscrito e o valor de R\$ 10.000,00 foi integralizado neste ato, em moeda corrente nacional, sendo que o valor de R\$ 90.000,00 será integralizado em até 365 dias, a contar da data deste Instrumento, em moeda corrente nacional ou bens. **Encerramento:** Deliberados todos os itens contidos na Ordem do Dia e nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente da Mesa, após observadas as formalidades legais e não havendo oposição de nenhum dos subscritores, declarou constituída a Companhia, deu por encerrado os trabalhos, agradecendo a presença de todos, pedindo-me que lavrasse a ata, a qual foi ao final assinada por mim, **Jacqueline Nolli Moreira**, Secretária e Acionista e **Thiago Braz Moreira**, Presidente e Acionista, antes, porém, transcreve-se o Estatuto Social aprovado no item 1. JUCESP/NIRE - 353.0067541-0 em 17/09/2025. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral. Estatuto Social -Denominação, Objeto Social, Sede e Duração da Companhia - Artigo 1º - Gladium Securitizadora S.A. (simplesmente referida como "Companhia") é uma sociedade por ações, regida pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis. **Artigo 2º** - A Companhia tem por objeto social: (a) a aquisição e securitização de direitos creditórios não padronizados, vencidos e/ou a vencer, performados ou a performar, originados de operações realizadas por pessoas físicas ou jurídicas nos segmentos comercial, industrial, prestação de serviços que sejam passiveis de securitização, conforme Política de Crédito devidamente aprovada pela Diretoria. (b) A emissão e colocação no mercado privado, sem intermediação de instituições financeiras, títulos e valores mobiliários. **§único**  A Companhia não poderá, em hipótese alguma: (a) participar do capital social de qualquer sociedade; (b) integrar o grupo de sociedades; (c) conceder fianças e avais em favor de terceiros quaisquer, incluindo seus acionistas e administradores. **Artigo 3º** - A Companhia tem sede na Rua Niterói, 362 – 9º Andar – Sala 91 – Centro – São Caetano do Sul - SP CEP: 09510-200, sendo-lhe facultada, por deliberação dos acionistas, abrir outros estabelecimentos, tais como: filiais, agências, sucursais, escritórios ou depósitos em qualquer localidade no país ou do exterior. **Artigo 4º** - O prazo de duração da Companhia é indeterminado. Do Capital Social e das Acões - Artigo 5º - O capital social da Companhia, subscrito neste ato é de R\$ 100.000,00, representado por 100.000 ações ordinárias nominativas com direito a voto, todas com valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, sendo que o valor de R\$ 10.000,00 está totalmente integralizado em moeda corrente nacional e o valor de R\$ 90.000,00 será integralizado no prazo de 365 dias, a contar da data deste Instrumento, em moeda corrente nacional. \$1ºº. Cada ação ordinária corresponderá a um voto nas deliberações sociais da Assembleia Geral. \$2ºº. A propriedade das ações será comprovada pela inscrição do nome do acionista no livro de "Registro de Ações Nominativas" §3º: Novas ações de emissão da Companhia poderão adquirir a forma escritural, sendo mantidas em conta depósito, aberta em nome de cada acionista em instituição financeira devidamente autorizada pela CVM. <u>Da Administração</u> - Artigo 6º - A administração da Companhia compete à Diretoria, a qual terá as atribuições conferidas por lei e pelo presente Estatuto Social, estando os Diretores dispensados de oferecer garantia para o exercício de suas funções. **\$1**2: Todos os membros da Diretoria tomarão posse mediante assinatura nos termos de posse anexos, permanecendo em seus respectivos cargos até a posse dos seus sucessores. §2º: Cabe à Assembleia Geral fixar a remuneração dos administradores da Companhia. A remuneração seus sucessores, gen-cuare arsentinera de la inizar a reimientação utos administratores da Companina A reiminiera poderá ser rotada em verba individual, para cada membro ou verba global, sendo função da Diretoria deliberar sobre a sua distribuição. Ressalvada deliberação em contrário da Assembleia Geral, o montante global fixado deverá ser dividido igualmente entre os administradores. §3º: É vedado aos administradores conceder avais, endossos e

## **CONCESSIONÁRIA DAS** LINHAS 5 E 17 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A.

CARTA DE RENÚNCIA

São Paulo/SP, 21 de agosto de 2025. À CONCESSIONÁRIA DAS LINHAS 5 E 17 DO METRÔ DE SÃO PAU LO S.A. ("<u>Companhia</u>"). Aos cuidados da Administração da Companhia. Estrada de Itapecerica, 4157, bairro Capão Redondo, São Paulo/SP, CEP 05.858-001. Ref.: <u>Renúncia ao cargo de membro efetivo e Presidente do</u> <u>Conselho de Administracão da Companhia</u>. Prezados Senhores: Pela presente e para todos os fins e efeitos do artigo 151 da Lei 6.404/76, eu, **MARCIO MAGALHĀES HANNAS**, brasileiro, divorciado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº. 06.470.370-5/IFP/RJ e inscrito no CPF/MF sob o nº. 081.268.358-59, com ende reço profissional na Rua Heitor dos Prazeres, 320, bairro Ferreira, São Paulo/SP, CEP 05.522-000, apresento minha RENÚNCIA, em caráter irrevogável e irretratável, ao cargo de membro efetivo e Presidente do Conselho de Administração da Companhia, para o qual fui eleito na Assembleia Geral Ordinária e Extraordi nária realizada em 08/04/2024 às 10h00, comprometendo-me a manter em sigilo todas as informações que m tenham sido adquiridas no respectivo período. Atenciosamente, MARCIO MAGALHÃES HANNAS. Ciente em 21/08/25. CONCESSIONÁRIA DAS LINHAS 5 E 17 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A. - Francisco Pierrini - Direto UCESP nº 308.750/25-1 em 05.09.2025, Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

(i) a contratação de empréstimo bancário de qualquer natureza com garantia de Contrato, nota promissória ou mesmo conta garantida com garantia de recebíveis (duplicatas, cheques etc.), bem como cheque especial, leasing CDC e qualquer outro tipo de financiamento, sendo somente permitido com assinatura dos acionistas que constituar no mínimo ¾ do capital social. (ii) a contratação dos serviços de terceiros, sendo considerado inválido o Contrat firmado que não contiver a assinatura dos acionistas que constituam no mínimo ¾ do capital social. (iii) a celebração de Contrato de mútuo com terceiros, os quais não sejam acionistas da Companhia; (iv) a alienação ou oneração de bens móveis ou imóveis que integrem o ativo imobilizado da sociedade, bem como alienação de quaisquer ben recebíveis (duplicatas ou notas promissórias ou cheques) que integrem o ativo circulante, somente sendo permitido com a assinatura dos acionistas que constituam no mínimo ¼ do capital social da Companhia. §5º: Serão considerados nulos de pleno direito e de responsabilidade exclusiva e pessoal dos acionistas recalcitrantes, os atos praticados e/ ou compromissos assumidos em nome da sociedade, com a não observância do caput e parágrafos desta cláusula Da Diretoria - Artigo 7º - A Diretoria será composta obrigatoriamente de, no mínimo, 2 membros e poderá ser composta de no máximo de 5 membros, acionistas ou não, residentes no País, eleitos pelos acionistas e por estes destituíveis a qualquer tempo, sendo Diretor Estatutário e Diretora de Relação com Investidores. §1º: O prazo de gestão de cada Diretor será de 3 anos, permitida a recondução, sendo que no período que ocupar o cargo, fará jus a pró-labore mensal a ser definido em Assembleia. §2º: Os Diretores, findo o prazo de gestão, permanecerão no exercício dos respectivos cargos, até a eleição e posse dos novos Diretores. §3º: Ocorrendo vaga no cargo de Diretor everá ser convocada Assembleia Geral para nova eleição. **§4º:** Em caso de ausência ou impedimento temporário os Diretores substituir-se-ão, reciprocamente, por designação da Diretoria. Artigo 8º - Compete à Diretoria a representação ativa e passiva da Companhia e a prática de todos os atos necessários ou convenientes à administração dos negócios sociais, respeitando os limites previstos em lei ou neste Estatuto Social. Artigo 9º - Compete exclusivamente à Diretora de Relação com Investidores; (a) representar a Companhia perante a CVM, BACEN demais rogãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais; (b) representar a Companhia junto aos seus investidores e acionistas; e (c) manter atualizado os registros necessários à Companhia. Artigo 10º - Compete exclusivamente ao Diretor Estatutário: (a) a representação ativa e passiva da Companhia, em juízo ou fora dele especialmente para receber notificação ou citação judicial; (b) instalar e presidir as reuniões da Diretoria; (c) executar as operações e atividades da Companhia; (d) implementação dos planos e orçamentos; (e) representar a Companhia perante terceiros: (f) assinar carta de anuência: (g) outorgar procurações com poderes específicos: (h) analisar e propor à Diretoria, políticas, métodos e sistemas de atuação operacional; (i) acompanhar a atividade social sob c prisma negocial; supervisionar a movimentação econômico-financeira da Companhia; (j) realizar instrução bancária Do Conselho Fiscal - Artigo 11º. A Companhia terá um Conselho Fiscal composto de 3 membros efetivos e igual tombemo riscai - Artigo 11-. A Companina cera um consenio riscai composto de 3 meninos de sectivos e igual runciona momero de suplentes, o qual funcionará em caráter não permanente. §1º: Os membros do Conselho Fiscal, pessoas naturais, residentes no País, legalmente qualificadas, serão eleitos pela Assembleia Geral que deliberar a instalação do órgão, a pedido dos acionistas, com mandato até a primeira AGO que se realizar após a eleição, §2º: Os membro do Conselho Fiscal somente farão jus à remuneração que lhe for fixada pela Assembleia Geral, durante o període em que o órgão funcionar e estiverem no efetivo exercício das funções. §3º: O Conselho Fiscal, quando instalado, terá as atribuições previstas em lei, sendo indelegáveis as funções dos seus membros. **Das Assembleias Gerais - Artigo**12º - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 4 meses seguintes ao término do exercício social da Companhia, a fim de serem discutidos os assuntos previstos em lei e extraordinariamente quando convocada ou anida quando as disposições do Estatuto Social ou da legislação vigente exigirem deliberações dos Acionistas, devendo ser convocada: (a) por iniciativa do Diretor Estatutário; (b) pelo Conselho Fiscal; (c) pelos acionistas, nos casos previstos em lei. §1º: Todas as convocações deverão indicar a ordem do dia, explicitando, ainda, no caso de reforma do artigo 126 da Lei 6.404/76, desde que o respectivo Instrumento de procuração tenha sido entregue na sede social da Companhia com até 24 horas de antecedência do horário para o qual estiver convocada a Assembleia. Se o Instrumento de representação for apresentado fora do prazo de antecedência acima mencionado, este somente será aceito com a concordância do Presidente da Assembleia. §3º: A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as decisões que julgar conveniente à sua defesa e desenvolvimento Artigo 13º - É necessária a aprovação dos acionistas que representam no mínimo, a metade do capital social com direito a voto para: a) as matérias listadas no art. 136 da Lei 6.404/76; b) alterações deste Estatuto Social; c) emissão de bônus de subscrição, a adoção de regime de capital autorizado e aprovação dos planos de opção de compra de ações; d) emissão de debêntures conversíveis ou não em ações; e) distribuição de dividendos, em cada exercício em valor superior a 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei; f) aumento do capital por subscrição, bem como a redução do capital social, para restituição aos acionistas; g) atribuição a terceiros (inclusive administradores e empregados) de participação nos lucros da Companhia; Do Exercício Social, das Demonstrações Financeiras e da Destinação do Lucro - Artigo 14º - O exercício social da Companhia terminará em 31 de dezembro de cada ano findo o qual serão elaboradas pela Diretoria as demonstrações financeiras do correspondente exercício, as quais serão apreciadas pela AGO em conjunto com a proposta da destinação do lucro líquido do exercício, bem como da distribuição de dividendos. §1º - A destinação do lucro líquido do exercício se dará da seguinte forma: I - 5% será aplicado na constituição de reserva legal, observado que não poderá exceder 20% do capital social; II – 25% de pagamento de dividendo mínimo obrigatório; e III – pagamento de dividendos extraordinários, caso aprovado pela Assembleia Geral. §2º – O saldo remanescente depois de atendidas as exigências legais terão a destinação determinada pela Assembleia Geral. Artigo 15º - Será distribuído em cada exercício social, como dividendo mínimo obrigatório pela Companhia, o montante correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da legislação em vigor. Artigo 16º - A Companhia poderá pagar juros sobre o capital próprio, imputando-os como dividendo mínin obrigatório. A qualquer tempo durante o exercício social, a Diretoria poderá declarar e pagar dividendos intermediário à conta de reservas de lucros e de lucros acumulados existentes no último balanço ou balancete levantado pela Companhia. Da Liquidação - Artigo 17º - A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei ou por deliberação da Assembleia Geral, caso em que competirá à Assembleia Geral nomear o liquidante, bem como fixar a remuneração dele. No período de liquidação da Companhia, a Administração continuará em funcionamento Artigo 18º - Fica eleito o foro da Comarca de São Caetano do Sul/SP, com renúncia de qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja, como o único competente a conhecer e julgar qualquer questão ou causa que direta ou indiretamente derivem da celebração deste Estatuto Social ou da aplicação dos seus preceitos. O presente Estatuto de pleno direito e de responsabilidade exclusiva e pessoal do administrador, os atos praticados e/ou compromissos assumidos em nome da sociedade, com a não observância do caput e parágrafos desta cláusula. §4º: É vedada: Marcio Luis de Azevedo - OAB/SP nº 448176.

#### Engineering do Brasil S.A. CNPJ 09.433.094/0001-67 - NIRE 3530038771-6

CNPJ 09.433.094/0001-67 - NIRE 3530038771-6

Ata de Reunião Extraordinária do Conselho de Administração Realizada em 04 de Agosto de 2025

1. Data, Horário e Local: No dia 4 (quatro) do mês de agosto de 2025, às 11h00, na sede social da Engineering do Brasil S.A., localizada na Rua Dr. Geraldo Campos Moreira, nº 375, 10º andar, conjuntos 101 e 102, Cidade Monções, CEP 04571-020, cidade de São Paulo, estado de São Paulo ("Companhia"). 2. Convocação e Presenças: dispensadas as formalidades de convocação previstas no artigo 21, parágrafo 1º, do Estatuto Social da Companhia, tendo em vista a presença de todos os membros do conselho de administração da Companhia. 3. Mesa: Presidente: Michele Allamprese; Secretária: Joyce Santos de Aguilar. 4. Ordem do Dia: (1) Apreciação, nos termos dos Artigos 19 e 32 do Estatuto Social da Companhia, da Requisição de Proposta (RFP), recebida pela Companhia de empresa de energias renováveis para a contratação de certos serviços técnicos especializados envolvendo desenho de arquitetura geral do ambiente de Requisição de Proposta (RFP), recebida pela Companhia de empresa de elecomunicações para a contratação de certos serviços técnicos especializados envolvendo o desenvolvimento de aplicações Materfall e Agile ("RFP Enterprise"): (iii) Apreciação, nos termos dos Artigos 19 e 32 do Estatuto Social da Companhia de empresa de telecomunicações para a contratação de certos serviços técnicos especializados envolvendo o desenvolvimento de aplicações Materfall e Agile ("RFP Purente e Collection"): (iv) Apreciação, nos termos dos Artigos 19 e 32 do Estatuto Social da Companhia, da Requisição de Proposta (RFP), recebida pela Companhia de empresa de telecomunicações para a contratação de certos serviços técnicos especializados envolvendo o desenvolvimento de aplicações Materfall e Agile ("RFP Integrações"): (v) Apreciação, nos termos dos Artigos 19 e 32 do Estatuto Social da Companhia, da Requisição de Proposta (RFP), recebida pela Companhia de empresa de telecomunicações para a contratação de c aplicações Waterfall e Agile ("RFP Corporate B2B"); (vi) Aprovação de certas políticas e diretrizes de Segurança da Informação e Qualidade da Companhia; (vii) Aprovação da Política de Aprovação e Assinatura de Contratos com Clientes da Companhia; e (viii) Aprovação da Política de Ciclo Passivo da Companhia. 5. Deliberações: Colocadas em discussão as matérias objeto da ordem do dia, (i) os membros do Conselho de Administração da Companhia, de forma unânime, desconsiderados os votos dos legalmente impedidos, aprovaram, nos termos dos Artigos 19 e 32 do Estatuto Social da Companhia, o envio, pela Companhia, da proposta à empresa de energias renováveis, cuja cópia será Social da Companhia, o envio, pela Companhia, da proposta a empresa de energias renovaveis, cuja cupia sera arquivada na sede da Companhia, juntamente com a via assinada e registrada da presente Ata e demais documentos analisados, a qual foi aprovada previamente pelos setores internos e competentes da Companhia, e, em seguida, submetida à apreciação dos membros do Conselho de Administração, para atender à RRP Sistemas de OT, ficando, desde já, a Diretoria autorizada, observada a forma de representação disposta no Estatuto Social da Companhia, a praticar todos e quaisquer atos exigidos ou necessários para a concretização da contratação da Companhia, incluindo, mas não se limitando à elaboração, obtenção e submissão de documentos, a negociação dos termos da proposta, bem como a celebração de contratos ou acordos oriundos da <u>RFP Sistemas de OT</u>, desde que observadas as práticas comerciais usuais da Companhia, bem como seus normativos internos; (ii) os membros do Conselho de Administração da Companhia, de forma unânime, desconsiderados os votos dos legalmente impedidos, aprovaram, nos termos dos comerciais usuais da Companhia, bem como seus normativos internos; (ii) os membros do Conselho de Administração da Companhia, de forma unânime, desconsiderados os votos dos legalemente impedidos, aprovaram, nos termos dos Artigos 19 e 32 do Estatuto Social da Companhia, o envio, pela Companhia, da proposta à empresa de telecomunicações, cuja cópia será arquivada na sede da Companhia, juntamente com a via assinada e registrada da presente Ata e demais documentos analisados, a qual foi aprovada previamente pelos setores internos e competentes da Companhia, e, em seguida, submetida à apreciação dos membros do Conselho de Administração, para atender à RFP Enterprise, ficando, desde já, a Diretoria autorizada, observada a forma de representação disposta no Estatuto Social da Companhia, a praticar todos e quaisquer atos exigidos ou necessários para a concretização da contratação da Companhia, incluindo, mas não se limitando à elaboração, obtenção e submissão de documentos, a negociação dos termos da proposta, bem como a celebração de contratos ou acordos oriundos da RFP Enterprise, desde que observadas as práticas comerciais usuais da Companhia, bem como seus normativos internos; (iii) os membros do Conselho de Administração da Companhia, de forma unânime, desconsiderados os votos dos legalmente impedidos, aprovaram, os termos dos Artigos 19 e 32 do Estatuto Social da Companhia, o envio, pela Companhia, da proposta à empresa de telecomunicações, cuja cópia será arquivada na sede da Companhia, juntamente com a via assinada e registrada da presente Ata e demais documentos analisados, a qual foi aprovada previamente pelos setores internos e competentes da Companhia, e, em seguida, submetida à apreciação dos membros do Conselho de Administração, para atender à RFP Payment e Collection, ficando, desde já, a Diretoria autorizada, observada a forma de representação disposta no Estatuto Social da Companhia, a praticar todos e quaisquer atos exigidos ou necessários para a concretização da comtratação da Companhia, incluindo, praticar todos e quaisquer atos exigidos ou necessários para a concretização da contratação da Companhia, incluindo mas não se limitando à elaboração, obtenção e submissão de documentos, a negociação dos termos da proposta, bem como a celebração de contratos ou acordos oriundos da **<u>RFP Integrações</u>**, desde que observadas as práticas comerciais usuais da Companhia, bem como seus normativos internos; (v) os membros do Conselho de Administração da Companhia, de forma unânime, desconsiderados os votos dos legalmente impedidos, aprovaram, nos termos dos Artigos 19 e 32 do Estatuto Social da Companhia, o envio, pela Companhia, da proposta à empresa de telecomunicações, cuja cópia será arquivada na sede da Companhia, juntamente com a via assinada e registrada da presente Ata e demais documentos analisados, a qual foi aprovada previamente pelos setores internos e competentes da Companhia, e, en seguida, submetida à apreciação dos membros do Conselho de Administração, para atender à <u>RFP *Corporate* B2B</u>, ficando, desde já, a Diretoria autorizada, observada a forma de representação disposta no Estatuto Social da Companhia, a praticar todos e quaisquer atos exigidos ou necessários para a concretização da contratação da Companhia, incluindo, mas não se limitando à elaboração, obtenção e submissão de documentos, a negociação dos termos da proposta, ben como a celebração de contratos ou acordos oriundos da **RFP Corporate B2B**, desde que observadas as práticas como a tecenia de Contacto da activo Sofianos Sofianos de Maria Conjoute BEB, tesse que observadas as plantes comerciais usuais da Companhia, bem como seus normativos internos; (vi) os membros do Conselho de Administração da Companhia, de forma unânime, desconsiderados os votos dos legalmente impedidos, aprovaram as seguintes Políticas e Diretrizes de Segurança da Informação; 2. Diretriz de Interfaces Brasil e Itália; 3. Política de Privacidade e Tratamento de Cookies; 4. Diretrizes de Cibersegurança e Provisionamento de Recursos; 5. Política de Segurança da Informação; 6. Diretriz do Comitie de Gerenciamento de Vulnerabilidades; 7. Diretriz do Desenvolvimento DHu0; 8. Política de Desenvolvimento DHu0; 9. Diretriz do Comitie Quality System Management (QSM); e 10. Diretriz de Classificação e Tratamento da Informação. cujas cópias serão arquivadas na sede da Companhia, juntamente com a via assinada e registrada da presente Ata, as quais foram apreciadas e aprovadas, previamente, pelo Departamento de Tecnologia da Informação (TI), Corpo técnico da Diretoria, Departamento de Pessoas, Departamento de Qualidade, Departamento Jurídico e pela Diretoria da Companhia, conforme o caso, e, em seguida, submetida à apreciação do Conselho de Administração da Companhia previstas no Artigo 19 do seu Estatuto Social, disposto, ainda, que a administração executiva da Companhia fica autorizada a praticar todos os atos necessários para a efetiva continua implementação de referidas políticas, inclusive procedendo com a sua divulgação por todos os meios julgados apropriados pela Companhia para a sua devida publicização e conhecimento das diferentes partes interessadas a que se destinam; (vii) os membros do Conselho de Administração da Companhia, de forma unânime, desconsiderados os votos dos legalmente timpedidos, aprovaram a Política de Aprovação e Assinatura de Contratos com Clentes, cuja cópia será arquivada na sede da Companhia, juntamente com a via assinada e registrada da presente Ata, a qual foi apreciada e aprovada, previamente, pelo Departamento de Tecnologia da Informação (TI), Corpo técnico da Diretoria, Departamento de Qualidade, Departamento Jurídico e pela Diretoria da Companhia, conforme o caso, e, em seguida, submetida à apreciação do Conselho de Administração da Companhia previas sas no Artigo 19 do seu Estatuto Social, sobra da Singente de Pessoas, pepartamento de Qualidade, Departamento de Resoas, com a sua divulgação por todos os meios julgados apropriados pela Companhia para os ua devida publicização e conhec e Provisionamento de Recursos; 5. Política de Segurança da Informação; 6. Diretriz do Comitê de Gerenciamento de Vulnerabilidades; 7. Diretriz do Desenvolvimento DHuO; 8. Política de Desenvolvimento DHuO; 9. Diretriz do Comitê sumário, a qual lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os presentes. A presente é cópia fiel da ata lavrada no Livro próprio da Companhia. Mesa: Michele Allamprese - Presidente; Joyce Santos de Aguilar - Secretária. Conselheiros: Michele Allamprese; p.p. Luigi Bianchini Neto; Leonardo Vasconcellos Terribili; Flavio Porta Michel Hirschfeld. JUCESP 309.883/25-8 em 8/9/25. Marina Centurion Dardani - Secretário Geral.

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda. Para verificar as assinaturas vá ao site https://assinaturas.certisign.com.br:443 e utilize o código F6AD-047C-9C9E-CB7E.



## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Certisign Assinaturas. Para verificar as assinaturas clique no link: https://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/F6AD-047C-9C9E-CB7E ou vá até o site https://assinaturas.certisign.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: F6AD-047C-9C9E-CB7E



## **Hash do Documento**

79618D70ACC5DDDA7B02911A022F126E67908CEA9B02BB452CC3DE320DF64C9D

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 23/09/2025 é(são) :

☑ JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) 39.732.792/0001-24 em 23/09/2025 00:03 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24

